



ACÓRDÃO Nº88/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11647/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Ayrton Romero da Silva (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6361/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ayrton Romero da Silva**, na qualidade de ordenador de despesas e na função de presidente do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV, exercício de 2017, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ayrton Romero da Silva**, no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/1996, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em razão da ausência de Avaliação Atuarial, referente ao exercício 2017, conforme



ACÓRDÃO Nº88/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

preconiza o art. 1º, I, da Lei n.º 9.717/1998.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar ao responsável sob julgamento, bem como ao atual gestor do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV, nos limites e competência de cada um, alertando-os de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais, que:

a) Encaminhem o Relatório Final do Recadastramento Previdenciário realizado anualmente pelo RPPS do município ao Tribunal de Contas, referente ao item 1 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

b) Proponham ao Poder Executivo local a criação do Conselho Fiscal, respeitando os limites da taxa de administração, conforme art. 1º, VI, da Lei n.º 9.717/1998, referente ao item 2 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

c) Garantam o pleno acesso aos servidores, ativos e inativos, pensionistas e seus dependentes às informações relativas à gestão do RPPS, conforme art. 1º, VI, da Lei n.º 9.717/1998, em homenagem ao princípio constitucional da publicidade, referente ao item 3 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

d) No prazo de 01 (um) ano, regularizem, em conjunto com Poderes Executivo e Legislativo, o Certificado de Regularidade Previdenciária do município perante a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social, vinculada ao Ministério da Fazenda, referente ao item 4 Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

e) Encaminhem no prazo estabelecido pela legislação específica (art. 5º, XVI, "f" e "h" e § 6º, I e III, da Portaria MPS n.º 204/2008 c/c os arts. 6º, 16 e 17 da Portaria MPS n.º 402/2008 c/c os arts. 1º e 9º, I, da Lei n.º 9.717/1998) as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais do RPPS à Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social, referente ao item 5 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

f) Encaminhem no prazo estabelecido pela legislação específica (art. 5º, XVI, "g", da Portaria MPS n.º 204/2008 c/c art. 1º, da Portaria MPS n.º



ACÓRDÃO Nº88/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

519/2011 c/c art. 1º, parágrafo único, e art. 6º, IV e VI, da Lei n.º 9.717/1998) o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN à Secretaria de Previdência, sob pena de multa na hipótese de reincidência, referente ao item 9 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

g) Encaminhem no prazo estabelecido pela legislação específica (art. 5º, XVI, “d”, Portaria MPS n.º 204/2008 c/c art. 22, da Portaria MPS n.º 402/2008 c/c art. 6º, IV, da Lei n.º 9.717/1998) o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR à Secretaria de Previdência, sob pena de multa na hipótese de reincidência, referente ao item 10 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

h) Definam, antes do exercício a que se referir, a política anual de aplicação dos recursos do RPPS, conforme art. 4º, da Res. CMN n.º 3.922/2010 c/c art. 6º, IV, da Lei n.º 9.717/1998, referente ao item 11 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

i) Providenciem a certificação do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, emitida por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme art. 2º, da Portaria MPS n.º 519/2011, referente ao item 13 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

j) Proponham ao Poder Executivo local a instituição do Comitê de Investimentos, respeitando os limites da taxa de administração, conforme arts. 3ºA, § 2º, e 6º, da Portaria MPS n.º 519/2011, referente ao item 14 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

k) Façam a avaliação atuarial em cada exercício financeiro, conforme art. 1º, I, da Lei n.º 9.717/1998, referente ao item 19 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP;

l) Encaminhem no prazo estabelecido pela legislação específica (art. 5º, XVI, “b” e § 6º, I, da Portaria MPS n.º 204/2008 c/c os arts. 23 e 24, da Portaria MPS n.º 403/2008 c/c art. 3º, “d”, da Res. n.º 08/2011-TCE/AM) o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA à Secretaria de Previdência, referente ao item 20 do Relatório Conclusivo 45/2018-DICERP.

- 10.4. Determinar** a próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº88/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

das respectivas impropriedades, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento dos Acordos de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, ressaltando que a desídia poderá ocasionar a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

- 10.5. Dar ciência ao Sr. Ayrton Romero da Silva** e à atual gestão da FUNPREV acerca do presente julgado, e, caso os esforços para tanto sejam infrutíferos, que o responsável seja notificado via edital, com fundamento no art. 97, § 2º do Regimento Interno desta Corte de Contas.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral